

A INTERTEXTUALIDADE COMO RECURSO ARGUMENTATIVO NO GÊNERO NOTÍCIA – O CASO DAS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 2024.

INTERTEXTUALITY AS AN ARGUMENTATIVE RESOURCE IN THE NEWS GENRE - THE CASE OF THE FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL IN THE YEAR 2024.

Aline Priscila Maciel de Moraes (UNIFESSPA)¹

Lúcia Maria de Assis (UFF)²

Janete Silva dos Santos (UFNT)³

Resumo: Este trabalho reflete sobre a intertextualidade no gênero notícia. O objetivo é analisar o funcionamento da intertextualidade *stricto sensu* como recurso argumentativo nesse gênero, tendo em vista que a relação intertextual (entre dois ou mais textos) ocorre a partir de propósitos comunicativos pré-estabelecidos e, portanto, dotados de intencionalidade. Estamos considerando que a linguagem não é neutra, mas essencialmente ideológica, de modo que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso para determinados sentidos, é inerente à comunicação humana, pois manifesta um posicionamento do autor da notícia. Nesse sentido, o gênero em foco, que foi por bastante tempo e ainda hoje costuma ser considerado um gênero pautado na impessoalidade e na neutralidade, carrega aspectos ideológicos na intenção de noticiar, tendo em vista a escolha tanto do que se vai ser noticiado quanto do repertório linguístico para caracterizar os fatos e acontecimentos, atravessados por critérios valorativos. Para tanto, a base teórica para esta pesquisa é constituída por estudiosos da Linguística Textual, como Koch, Bentes e Cavalcante (2008), que refletem sobre a Intertextualidade e a Argumentação na produção dos textos. Elegemos como *corpus* analítico quatro notícias, publicadas pela Folha de S. Paulo e no site da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, as quais tratam da possível dispensa da oferta de ajuda do Uruguai às vítimas do Rio Grande do Sul (RS), na ocasião da catástrofe climática ocasionada pelas fortes chuvas naquela região, em abril de 2024. Como resultado das análises, foi possível perceber que os autores das notícias recorrem ao intertexto temático, implícito e explícito, com o fito de contraditar/subverter o texto-fonte, visando ao convencimento do leitor de que o governo brasileiro não se preocupava com o estado vitimado pela catástrofe climática.

Palavras-chave: Intertextualidade; Argumentatividade; Notícia; Linguística Textual.

Abstract: This work reflects on intertextuality in the news genre. The aim is to analyze how *stricto sensu* intertextuality works as an argumentative resource in this genre, considering that intertextual relationships (among texts) occur for pre-established communicative purposes and are endowed with intentionality. We are assuming that language is not neutral but essentially ideological in a way that arguing, that is, directing discourse toward specific meanings, is inherent to human communication because it manifests the news author's position. In this sense, the genre in focus for a long time and, even today, is considered by many a genre based on impersonality and

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT/UFNT). Secretaria Executiva (UNIFESSPA). E-mail: alinepmm@gmail.com

² Doutora em Linguística (USP). Professora Associada (UFF). Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT/UFNT). E-mail: luciaassis@id.uff.br

³ Doutora em Linguística Aplicada (UNICAMP). Professora Associada (UFNT). Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT/UFNT). E-mail: janete.santos@ufnt.edu.br

neutrality; it carries ideological aspects in the intention of reporting, considering the choice of both what will report and the linguistic repertoire to characterize the facts and events, which are crossed by evaluative criteria. To this end, the theoretical basis for this research is constituted by scholars of Textual Linguistics, such as Koch, Bentes and Cavalcante (2008), who reflect on Intertextuality and Argumentation in the production of texts. We chose as an analytical corpus four news stories that deal with the possible waiver of the offer of aid by Uruguay to the victims of Rio Grande do Sul (RS) on the occasion of the climate catastrophe caused by heavy rains in that region in April 2024. As a result of the analyses, it was possible to perceive that the authors of the news report to thematic intertext, implicit and explicit, to contradict/subvert the source text, aiming to convince the reader that the Brazilian government was not concerned about the state victimized by the climate catastrophe.

Keywords: Intertextuality; Argumentativeness; News; Textual Linguistic.

Introdução

A (re)produção de sentidos nas/das práticas comunicativas é perpassada pela relação que um texto estabelece com outros. Esse fenômeno, objeto de estudo de pesquisadores de distintas perspectivas teóricas, é denominado de intertextualidade. Conceito advindo da Teoria Literária, cunhado por Julia Kristeva, a intertextualidade, à luz da Linguística Textual (doravante LT), consiste na relação que um texto-derivado mantém com um texto-fonte. Considerada como um dos fatores de textualidade (tessitura) do texto, isto é, um dos elementos da “rede de relações que fazem com que um texto seja um texto” (Koch, 2006, p. 20), a intertextualidade “compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores”. (Koch, 2004, p. 42).

Ressaltamos que a concepção de texto a que nos filiamos, isto é, a perspectiva sociointeracionista da linguagem, considera o texto “como o próprio lugar da interação verbal e os interlocutores, como sujeitos ativos, empenhados dialogicamente na produção de sentidos” (Koch, Elias, 2011, p. 10). Dito de outro modo, o texto não é um produto acabado *per si*, mas uma realização que envolve os sujeitos e suas bagagens, que englobam o social, o cultural, o enciclopédico, entre outras situações; é multifacetado e vai exigir do interlocutor a mobilização de conhecimentos de contexto, intertexto e demais fatores de textualidade, a fim de atribuir à tríade autor/texto/leitor a devida significação num processo de interação. Atrelada à concepção de texto aqui abordada, convém ressaltar que estamos considerando a linguagem, conforme Koch (2006, p. 15), como uma “ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento da intertextualidade *stricto sensu* como recurso argumentativo no gênero notícia, tendo em vista que a relação intertextual entre dois ou mais textos ocorre a partir de propósitos comunicativos pré-estabelecidos e, portanto, dotados de intencionalidade. Partimos do pressuposto de que a utilização da intertextualidade, procedimento característico dos gêneros jornalísticos, pode funcionar não somente como um recurso para a narrativa dos acontecimentos, mas principalmente como um elemento argumentativo para a tomada de posição do leitor na construção de sentidos, visando a sua adesão ao projeto de dizer do produtor do texto e, consequentemente, ao suporte ao qual está vinculado.

Desse modo, o presente trabalho está organizado nas seguintes seções: (i) Aspectos metodológicos, (ii) A intertextualidade na perspectiva da Linguística Textual, (iii) A notícia como gênero discursivo, (iv) Análise do *corpus*: a intertextualidade como recurso argumentativo no gênero notícia, além desta Introdução, das Considerações finais e das Referências bibliográficas.

1 Aspectos metodológicos

Como vimos, este trabalho visa a analisar o funcionamento da intertextualidade *stricto sensu* como recurso argumentativo no gênero notícia, tratando-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que, de acordo com Flick (2007 *apud* Paiva, 2019, p. 13), tem como propósito “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas”.

Estabelecemos, como parâmetro de seleção do *corpus*, notícias relacionadas à catástrofe ambiental ocorrida no Rio Grande do Sul (doravante RS), em abril de 2024, causada pelas fortes chuvas, tendo em vista que, dado o impacto da triste situação, esse evento foi palco de inúmeras notícias nas mídias. Após a definição do evento/situação, a fim de selecionarmos nosso *corpus* analítico, realizamos pesquisas na rede social *Instagram* sobre as enchentes no RS. Assim, elegemos quatro notícias que tratam de uma possível recusa do governo brasileiro à ajuda oferecida pelo Uruguai às vítimas do RS. Duas das notícias foram publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo⁴, na rede social *Instagram*; as outras duas foram emitidas pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) do Governo Federal, em seu site oficial. A seleção das notícias do jornal Folha de S. Paulo deve-se ao fato de este ser um jornal tradicional, com grande público e repercussão nacional. No que tange às Notas Oficiais da SECOM, a seleção deve-se ao caráter intertextual que estas possuem com as notícias previamente selecionadas.

Ressaltamos que, para a LT, assim como para Bakhtin, a enunciação está contida no enunciado, ou seja, quando se fala em enunciado, ou texto, os elementos da enunciação (como, quando, onde, por que, entre outros) precisam ser considerados para a produção de sentidos desses enunciados. Conforme postula Maingueneau (2011, p. 20), “compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável.”. Assim, para a análise do *corpus*, além da ocorrência dos tipos de intertextualidade presentes nas notícias, e como elas podem funcionar como recurso argumentativo, optamos por analisar também o contexto da enunciação, tendo em vista a impossibilidade de realização de uma análise linguística, de qualquer ordem, sem levar em conta os elementos exteriores aos fatos linguísticos analisados e também as marcas linguísticas, já que essas são os elementos materiais que possibilitam a produção de sentidos, sendo, portanto, imprescindíveis para a análise. Desse modo, estabelecemos os seguintes passos para a análise do nosso *corpus*:

- 1) Contexto: Explicitação de informações imprescindíveis para a produção de sentidos, tais como: contexto situacional, cotexto e saberes anteriores à enunciação;
- 2) Marcas linguísticas: Seleção de alguns trechos das notícias, dando destaque a algumas palavras e aos efeitos de sentido que podem produzir no leitor;
- 3) Intertexto: Verificação dos tipos de intertextualidade presentes nos textos e como, em termos de recursos argumentativos, podem produzir efeitos de sentido no leitor.

Asseveramos que a segregação desses elementos só ocorre para fins analíticos, posto que os efeitos de sentido de um texto dependem de todos os elementos que o compõem de maneira conjunta. Evidenciamos, ainda, a possibilidade de análise da multimodalidade presente nas notícias do jornal Folha de S. Paulo, embora nosso foco seja a intertextualidade, haja vista o objetivo deste trabalho.

2 A Intertextualidade na perspectiva da Linguística Textual (LT)

⁴ Considerando que a rede social *Instagram* tem como uma de suas características textos curtos, estamos considerando para fins de análise somente os recortes que compõem a notícia nessa rede social. A notícia na íntegra, conforme explicitado na Figura 01, pode ser acessada no site do jornal. O acesso ao site é pago, mas é possível baixar uma extensão no *Google Chrome* para ter acesso gratuito às notícias.

Com base no postulado dialógico de Bakhtin (2011), segundo o qual um enunciado (texto e tudo que compõe a situação de produção [temática, estilo, interlocutores, esfera de interação, de circulação, o antes e o depois, como a projeção, aspectos sócio-históricos etc.]) sempre dialogam com outros, a crítica literária francesa Julia Kristeva, na década de 1960, cunhou o conceito de intertextualidade. De acordo com a autora, “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto”. (Kristeva, 1974, p. 60). Nesse sentido, uma obra literária redistribui textos anteriores em um só, fazendo-se necessário pensá-la como um intertexto, no qual se manifestam tanto os textos já escritos quanto os que ainda o serão. É importante pontuar que, diferente do que é postulado pelo linguista Benveniste (2005), para o qual enunciado [a produção verbal, as palavras enunciadas] e a enunciação [o aqui e o agora da atividade verbal] são pontos distintos, isto é, são produto e processo, respectivamente, para o filósofo russo, enunciado e enunciação constituem um só fenômeno.

Vale também ressaltar que os estudos sobre o fenômeno da intertextualidade não se aplicam somente ao campo da Teoria Literária, disciplina da qual o conceito se originou. Atualmente, pesquisadores de distintas perspectivas teóricas têm se dedicado a essa temática, como da LT, perspectiva aqui adotada, que, conforme veremos adiante, também incorporou a perspectiva dialógica postulada por Bakhtin.

Considerando o caráter essencialmente dialógico da linguagem, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) defendem a existência de dois tipos de intertextualidade: a ampla (*lato sensu*), que funciona como um princípio constitutivo de todo e qualquer dizer; e a *stricto sensu*, quando, em um texto, há a presença de um outro texto, intertexto, anteriormente produzido e que faz parte da memória social dos interlocutores. Tendo em vista que a ocorrência da intertextualidade *stricto sensu* depende necessariamente de que o texto remeta a outros textos efetivamente produzidos, seja em níveis variáveis e/ou em marcas identificáveis e delimitáveis de intertexto, nos deteremos, a seguir, nessa modalidade de intertextualidade.

Koch, Bentes e Cavalcante (2008) classificam as manifestações da intertextualidade *stricto sensu* em quatro tipos, quais sejam: temática, estilística, explícita e implícita. Porém, conforme postulam as autoras, essa divisão não significa que haverá apenas um tipo de intertextualidade em um texto; ao contrário, é comum que elas coexistam. A intertextualidade temática, segundo as referidas autoras, ocorre quando textos distintos compartilham um mesmo tema, como por exemplo, “[...] entre matérias de jornais e da mídia em geral, em um mesmo dia, ou durante um certo período em que dado assunto é considerado focal,” (Koch, Bentes e Cavalcante, 2008, p. 18). Vale ponderar que a relação temática entre diversos textos, sobretudo quando esses são de subversão ao texto fonte, encerram posicionamentos ideológicos que manifestam propósitos comunicativos materializados na estrutura textual. Nesse contexto, nota-se uma relação de conteúdo entre os textos que se relacionam, de maneira que um passa a ser motivo para o surgimento de outros, como poderemos observar em nossas análises, de modo que esse tipo de intertextualidade sirva como um recurso argumentativo, visando ao convencimento do leitor acerca do tema discutido.

A intertextualidade estilística ocorre quando, em busca de efeitos de sentido variados, há a repetição, a imitação ou a paródia de certos estilos ou variedades linguísticas, como por exemplo, textos que reproduzem a linguagem bíblica, um jargão profissional, um dialeto, o estilo de determinado gênero, autor ou segmento da sociedade. É importante frisar que, de acordo com as autoras, esse tipo de intertextualidade se constitui essencialmente na forma, mas que a essa forma subjaz um conteúdo e, por conseguinte, a escolha por determinada forma já encerra uma intencionalidade ao texto.

A intertextualidade explícita ocorre quando, no próprio texto, há a exposição da fonte do intertexto, caso por exemplo das citações, referências, entre outros. De acordo com Koch e Elias

(2011), a menção explícita da fonte do intertexto justifica-se ou porque o produtor do texto considera que seu leitor talvez não conheça o texto de origem ou porque deseja chamar a atenção não somente para o que foi dito/escrito, mas também para quem disse/escreveu. Nessa perspectiva, asseveram as autoras: “[...] explicitar ou não explicitar a fonte dos textos citados - e em que medida fazê-lo - é uma importante estratégia de que o produtor lança mão no percurso de seu trabalho de produção escrita, a fim de obter o que pretende no plano da interação”. (Koch; Elias, 2011, p. 111)

Desse modo, pode-se notar que a explicitude de uma fonte encerra um objetivo, seja com o intuito de validar sua voz e/ou reforçar sua credibilidade, como ocorre frequentemente nos textos de caráter científico ou, ainda, para convencer o leitor/ouvinte de um certo posicionamento, utilizando-se dessa explicitude como argumento de autoridade, ou ainda para deslegitimar o que foi dito ou quem disse.

A intertextualidade implícita, de acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2008), manifesta-se quando, em um texto, há a presença de um intertexto, sem qualquer menção explícita de sua fonte. Conforme asseveram as autoras, fazer uso de um intertexto de forma implícita, em uma situação de comunicação, pode implicar diferentes propósitos. Assim, espera-se que o leitor/ouvinte consiga reconhecer a presença do intertexto por meio da ativação do texto-fonte em seu repertório de modo que, caso não ocorra essa ativação, a construção do sentido poderá ser prejudicada.

Ainda no que tange à intertextualidade implícita, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) apontam, a partir da orientação argumentativa que o produtor do texto deseja seguir, duas categorias, a saber: a captação ou intertextualidade das semelhanças, cuja utilização ocorre geralmente por meio de paráfrases mais ou menos próximas do texto-fonte, e que é empregada quando o objetivo é dar continuidade à orientação argumentativa do texto de origem; e a subversão ou intertextualidade das diferenças, cuja utilização ocorre por meio de paródias, ironias, entre outras, geralmente empregada quando o objetivo é argumentar em sentido oposto ao texto-fonte, contradizendo-o, questionando-o.

Conforme se pode observar, a seleção de um dado intertexto para dialogar com o texto já encerra um objetivo. Nesse sentido, em uma situação de comunicação, a intertextualidade pode funcionar como um dos elementos argumentativos para provocar no leitor/ouvinte a adesão a determinados sentidos induzidos pelo produtor do texto. É nessa abordagem de intertextualidade, enquanto recurso argumentativo, que realizaremos a análise das notícias selecionadas como *corpus* deste trabalho.

3 A notícia como gênero discursivo

De acordo com Bakhtin (2011), comunicamo-nos por gêneros discursivos, enunciados concretos relativamente estáveis, produzidos por cada campo da comunicação. Nesse sentido, a esfera jornalística possui alguns gêneros específicos, dentre os quais abordaremos, sucintamente, a notícia.

Embora seja um dos gêneros mais conhecidos da esfera jornalística, parece-nos que a definição de notícia, enquanto gênero, é um tanto cara. Segundo Bonini (2014), há inúmeras tentativas de definição do que seria notícia como gênero jornalístico, mas estas são bastante amplas e, consequentemente, frágeis, posto que, em sua maioria, aplicam-se também aos demais gêneros do jornalismo. Para o autor, a definição do gênero notícia proposta por Lage (2001/1979) é a mais coerente, segundo a qual trata-se de um:

[...] relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Assim, reduzimos a área de discussão ao que venha ser

importante, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de *verdade* ou *interesse humano*. Permitindo-nos encarar a notícia como algo que se constitui de dois componentes básicos: a) uma organização relativamente estável, ou *componente lógico* e b) elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia - o *componente ideológico*. (Lage, 2001/1979 *apud* Bonini, 2014, p. 217, grifos do autor)

Como podemos observar, a definição acima proposta aponta que há aspectos ideológicos na intenção de noticiar, tendo em vista a escolha tanto do que se vai noticiar quanto do repertório linguístico para caracterizar os fatos e acontecimentos, os quais estão perpassados por critérios valorativos; e, acrescentamos, isso ocorre ainda que parte dos elementos linguísticos (ou de estruturas linguísticas) mobilizados tenham como propósito promover nuances de objetividade no relato do fato noticiado.

Bakhtin (2011) assevera que os gêneros, enunciados concretos relativamente estáveis, são constituídos por três elementos, quais sejam: o conteúdo temático, domínio de sentido do que se ocupa o gênero; a estrutura composicional, sua estrutura, organização; e o estilo, seleção dos recursos lexicais, fraseológicos da língua, entre outros. Assim, levando-se em conta esses elementos, em consonância com Silva (2011) sobre o gênero notícia, podemos fazer as seguintes considerações:

a) quanto a seu conteúdo: divulgar aos leitores/ouvintes fatos e acontecimentos novos ou até mesmo históricos, de maneira breve (como as notas) ou mais extensa. Ressaltamos, conforme Silva (2011), que as notícias não são necessariamente somente sobre assuntos novos, recentes, posto que também há produção de notícias baseadas em acontecimentos históricos e políticos;

b) quanto à estrutura composicional: Van Dijk (1986 *apud* Silva, 2011, p. 6-7) aponta que a categoria que mais “identifica, à primeira vista, uma notícia é o Sumário/Resumo, especificamente a manchete e a Linha Fina (“Headline.””. Contudo, Silva (2011) assevera que a categoria “Headline” não é suficiente para caracterizar a notícia, de modo que propõe, como categoria norteadora de sua identificação, o evento principal, o qual é realizado pela narrativa dos acontecimentos;

c) quanto ao estilo: a notícia não apresenta nenhuma especificidade significativa, posto que características de caráter linguístico estão relacionadas, de modo geral, à simplicidade e à objetividade, as quais não são suficientes para identificar um texto como pertencente ao gênero notícia. (Silva, 2011).

Como vimos, o gênero notícia caracteriza-se pela narrativa de acontecimentos, novos ou não, considerados relevantes para o público-alvo do veículo/suporte de comunicação, podendo ser breve, como as notas, tipo de notícia muito utilizada pela imprensa em casos de comunicados, mas também podem ser mais extensas.

4 Análise do *corpus*: a intertextualidade como recurso argumentativo no gênero notícia

Vejamos como a intertextualidade se manifesta na notícia que segue, veiculada pela Folha de S. Paulo, no momento em que ocorrem as enchentes de Rio Grande do Sul, no ano de 2024.

Figura 01 - Print 01 de notícia selecionada da página Folha de S. Paulo

FOLHA DE S.PAULO
cotidiano



Nelson Almeida/AFP

RS pede ajuda, Uruguai oferece lanchas, avião e drones, mas governo Lula dispensa

folhadespaulo • Seguir

folhadespaulo CHUVAS NO RS | O governo Lula (PT) dispensou oferta de ajuda do Uruguai por lanchas, um avião e drones para auxiliar no resgate às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. País vizinho já auxilia com helicóptero de resgate; autoridades justificam que demais equipamentos não seriam necessários e Defesa alega restrição para pouso em Porto Alegre. [Leia mais na #Folha: folha.com/cotidiano](#)

Nelson Almeida - 6.Jun.24/AFP
Ricardo Della Coletta

Veja como ajudar as vítimas das chuvas no RS, link na bio

#PraTodosVerem: foto colorida mostra um homem em cima de uma prancha e com um remo em uma rua alagada em Porto Alegre (RS). Ao fundo, vê dois barcos. Abaixo, o texto anuncia: "RS pede ajuda, Uruguai oferece lanchas, avião e drones, mas governo Lula dispensa".

Editado · 15 sem Ver tradução

janairasafurtado Meu Deus, né gente ? Isso são horas para esse tipo de matéria tendenciosa?

60.604 curtidas
7 de maio

Adicione um comentário... Publicar

Fonte: Instagram (07 mai. 2024)

De acordo com Maingueneau (2011), o contexto não é necessariamente o ambiente físico, o momento e o lugar da enunciação. O analista postula três tipos de contextos que podem fornecer elementos necessários para a interpretação: o contexto situacional, o cotexto e os saberes anteriores à enunciação. Para Koch e Elias (2011), o contexto é um conjunto de suposições, composto por aspectos extralingüísticos, como participantes, quadro espaço-temporal, aspectos sociais, históricos e culturais envolvidos na troca comunicativa.

Com relação aos saberes anteriores à enunciação, é necessário ponderarmos algumas questões referentes às enchentes no RS, ocorridas em abril de 2024. De acordo com informações constantes no site da Agência Brasil, em matéria produzida pelo repórter Alex Rodrigues e publicada em 01 de junho de 2024, a catástrofe no RS teve início em 27 de abril, com a chegada à capital gaúcha de uma frente fria. Naquele dia, de acordo com a agência de notícias, “choveu, no sábado (27), o equivalente a 43 milímetros (mm, ou 43 litros de água por metro quadrado) em apenas seis horas”.⁵ (Rodrigues, 2024), o que provocou muitos transtornos e a elevação do nível do rio Guaíba. Além dos alagamentos, a forte chuva provocou ainda riscos de deslizamento de solo e danos em telhados de residências.

Ainda segundo informações da Agência Brasil, antes de avançar para a região metropolitana de Porto Alegre, os temporais causaram transtornos e prejuízos em outras cidades gaúchas, como Sant’Ana do Livramento, Pelotas, Santa Cruz do Sul, entre outras, com precipitações significativas que tiveram início em 26 de abril e se intensificaram nos dias seguintes. Somente no dia 01 de maio, o governo do RS decretou estado de calamidade pública, quando o estado já contabilizava ao menos dez mortes e 21 desaparecimentos. De acordo com informações do G1, no geral, o desastre atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e deixou 600 mil desabrigadas.

⁵ A notícia na íntegra pode ser acessada no seguinte link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/um-mes-de-calamidade-a-cronologia-dos-alertas-da-tragedia-no-rs>

A respeito do contexto situacional, de acordo com informações da própria notícia veiculada pelo Folha de S. Paulo, o Governador do RS, Eduardo Leite (PSDB), havia solicitado apoio das autoridades do Uruguai no dia 04 de maio de 2024, com o empréstimo de lanchas e suas tripulações, drones, e seus respectivos operadores, e um avião de transporte. Segundo a notícia, que inclusive cita, como intertexto explícito, trechos da entrevista concedida à Folha por José Henrique Medeiros Pires, secretário-executivo do governo do RS, o governo do Uruguai manifestou-se favorável, de modo que a solicitação foi encaminhada à Agência Brasileira de Cooperação, que é vinculada ao Itamaraty. Entretanto, o Ministério da Defesa teria recusado a ajuda de alguns dos equipamentos oferecidos por meio de uma nota, acontecimento que gerou inúmeras notícias e *fake news* sobre a recusa parcial dos equipamentos.

No que tange às informações cotextuais, o texto foi publicado no *instagram* do Jornal Folha de S. Paulo, no dia 07 de maio de 2024, e tem como autor o repórter do Folha, em Brasília, Ricardo Della Coletta. A foto que compõe a notícia é de Nelson Almeida, repórter fotográfico da Agence France-Presse (AFP), uma agência global de notícias. A matéria, conforme identificação no canto superior esquerdo da Figura 01, faz parte do caderno Cotidiano, um espaço de notícias relacionadas à educação, violência, saúde pública, mobilidade urbana, administração pública e comportamento.

A partir do conhecimento enciclopédico, sabe-se que o atual presidente do Uruguai, Lacalle Pou (Partido Nacional), eleito em 2020, é considerado de centro-direita e que o Brasil tem como chefe do executivo atual um político de centro-esquerda. Assim, a possível recusa de ajuda, em destaque no título da notícia, poderia ter alguma relação com a orientação político-ideológica desses países? Ou, ainda, por que recusar ajuda quando se precisa? Esses e outros questionamentos devem ser instigados pelos leitores/interlocutores, haja vista que, em consonância com o que a LT postula sobre o contexto sociocognitivo, a mobilização dos conhecimentos enciclopédico e linguístico, da situação comunicativa e de suas regras é imprescindível para a produção de sentidos dos textos.

No que diz respeito às marcas linguísticas, podemos observar, no título da matéria “*RS pede ajuda, Uruguai oferece lanchas, aviões e drones, mas governo Lula dispensa*”, três proposições: “*RS pede ajuda*”, “*Uruguai oferece lanchas, aviões e drones*” e “*governo Lula dispensa*”. A primeira e a segunda proposições funcionam como complementares, posto que, de um lado, há um estado em situação de calamidade pública precisando de ajuda e, de outro, um país solidarizando-se com a situação na oferta de equipamentos, ou seja, um país disposto a ajudar. Porém, a última proposição, interligada às demais pelo uso do conector “mas”, vai de encontro às outras, já que a ajuda oferecida não é aceita. A última proposição, contrastando-se com as duas primeiras, pode produzir sentido de que o governo dispensou a ajuda: ou por ter tudo sob controle, ou por não se importar suficientemente com o que estava acontecendo naquela região.

Contudo, conforme já mencionado, todos os elementos que compõem um texto comunicam. De acordo com Courtine (2006, *apud* Mozdzenski, 2009), por exemplo, em um texto multissemiótico, a análise de imagens não deve ser vista como uma técnica isolada das condições de produção, circulação e consumo, mas deve ser considerada a partir de um dialogismo imagético, tendo-se em vista que a escolha de uma imagem também encerra uma intencionalidade. Nesse sentido, é possível identificar a ocorrência da intertextualidade explícita na foto escolhida pelo jornal para compor a notícia. No registro de Nelson Almeida, feito em 06 de maio, há, em destaque, uma pessoa em cima de uma prancha, com um remo; há também outras andando em uma rua alagada com água na altura do quadril. Percebe-se que o sentido desejado é a segunda alternativa, isto é, de que o governo não se importa com a situação pela qual a população do RS passava. Nesse caso, podemos perceber que essa intertextualidade é empregada como recurso argumentativo ao projeto de dizer do produtor do texto.

No que tange aos aspectos intertextuais, observamos a recorrência da intertextualidade temática, muito comum na esfera midiática, haja vista que, durante um certo período em que

determinado assunto é considerado focal, o campo midiático aborda-o, repetidamente, em diferentes gêneros e suportes. Nesse sentido, o tema da recusa brasileira à ajuda do Uruguai está presente não somente nesta notícia, mas em todas as que compõem nosso *corpus*, haja vista que versam sobre o empréstimo de equipamentos do Uruguai para auxiliar no resgate das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Contudo, vale ressaltar que, muitas das vezes, outros tipos de intertextualidade são empregados concomitantemente.

Nesse caso, é possível identificar a ocorrência da intertextualidade explícita, ou seja, quando há menção ao texto-fonte, conforme podemos observar no trecho “*e Defesa alega restrição para pouso em Porto Alegre*”, bem como intertextualidade implícita, quando não há menção clara ao texto-fonte, como no seguinte trecho: “*autoridades justificam que demais equipamentos não seriam necessários*”. A que autoridades o produtor se refere?

Conforme explicitado em nota de rodapé, na seção referente aos aspectos metodológicos, ressaltamos que as notícias selecionadas na página do *instagram* da Folha de S. Paulo não estão descritas na íntegra, por se tratar de uma rede social cuja característica é a publicação de textos curtos. Notamos, na figura 01, a indicação de onde a informação pode ser acessada integralmente. Todavia, podemos questionar: as pessoas que acessam a notícia pelo *instagram* têm (ou teriam) a curiosidade e/ou criticidade de acessar o site do jornal para ler toda a notícia? Ou será que vão tirar suas próprias conclusões somente pelo resumo da notícia que geralmente compõe essas chamadas para as redes sociais? Conforme afirmam Alves e Maciel (2020), é sabido que boa parte de usuários das redes sociais ficam apenas nas manchetes ou nos curtos textos, limitados pela regra de determinadas plataformas, o que pode favorecer à proliferação de *fake news*, pois replicam as postagens sem a devida verificação da totalidade da informação.

Passemos à análise da próxima notícia que, no caso, é uma Nota Oficial do Governo Federal dirigida à Imprensa.

Figura 02 - Notícia 01 selecionada do site da SECOM

Governo não recusou ajuda do Uruguai: helicóptero do país ajuda nas operações de resgate do RS

O governo brasileiro não recusou a oferta de ajuda feita pelo Uruguai para as operações de socorro às vítimas das cheias no Rio Grande do Sul.

Um helicóptero emprestado pelo país vizinho e amigo está em operação no estado, aparelho de grande valia para o auxílio dos socorristas. O Brasil é grato ao Uruguai pelo pronto-auxílio.

São falsas, portanto, as notícias de que o Brasil teria desprezado ajuda do Uruguai ou qualquer outro país. Todas as ofertas de auxílio são bem-vindas, serão analisadas conforme a adequação às urgências e serão bem recebidas.

Juntamente com o helicóptero, o Uruguai também ofereceu um modelo específico de avião. Neste caso, a avaliação técnica foi a de que o aparelho, em razão de suas características, não seria adequado para o tipo de operação exigida e a infraestrutura aeroportuária disponível.

Considerando ainda que já há no Rio Grande do Sul avião em operação da frota brasileira com a mesma funcionalidade do ofertado, a conclusão foi a de que não havia necessidade desse tipo de aeronave.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Fonte: Secretaria de Comunicação Social - SECOM (08 mai. 2024)⁶

No que se refere aos aspectos cotextuais, a Nota acima, destinada à Imprensa, foi emitida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) e publicada em seu

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/governo-nao-recusou-ajuda-do-uruguai-helicoptero-do-pais-ajuda-nas-operacoes-de-resgate-do-rs>

site oficial, no dia 08 de maio de 2024. Levando-se em conta o contexto situacional, dada a tradição e a grande repercussão das notícias veiculadas pelo Jornal Folha de S. Paulo, após a publicação da notícia constante na Figura 01, vários outros meios de comunicação produziram matérias questionando os motivos da aceitação ou não da ajuda do Uruguai ao Rio Grande do Sul, razão pela qual o governo, por intermédio da SECOM, publicou a Nota em epígrafe.

Concernente aos saberes anteriores à enunciação, ressaltamos que, em meio à catástrofe ocorrida no RS, houve muita produção e circulação de notícias falsas nas mídias, sendo esse assunto, isto é, a aceitação ou não da ajuda do Uruguai ao RS, um dos que foram alvo de *fake news*. Como mecanismo de combate à desinformação, o governo federal realizou a divulgação de *posts* em sua página oficial das redes sociais, bem como no perfil do próprio presidente Lula, no *instagram*, pedindo à população que não compartilhasse informações sem a devida checagem, visto que esse tipo de postagem prejudicaria o trabalho de resgate e de apoio às vítimas do RS.

Quanto às marcas linguísticas presentes no texto, podemos observar no título da notícia, “*Governo não recusou ajuda do Uruguai: helicóptero do país ajuda nas operações de resgate do RS*”, que elas funcionam como uma das estratégias do produtor do texto para a produção de sentidos, de modo que, ao lemos a Nota, consigamos relacioná-la com a primeira notícia analisada. Gostaríamos de pontuar ainda, no trecho “*Um helicóptero emprestado pelo país vizinho e amigo está em operação no estado, aparelho de grande valia para o auxílio dos socorristas*”, que o emprego dos adjetivos “*vizinho*” e “*amigo*” para caracterizar o Uruguai, bem como a definição do helicóptero como “*aparelho de grande valia*”, busca preencher as lacunas que o leitor possa ter sentido sobre a relação entre os dois países, haja vista que, conforme explicitado anteriormente, os presidentes possuem orientações político-ideológicas distintas. Dito de outro modo, por meio dos critérios valorativos utilizados para caracterizar o Uruguai e o equipamento por ele emprestado, o produtor do texto tenta persuadir o leitor/ouvinte de que as razões para a recusa do avião, oferecido juntamente com o helicóptero, foram técnicas e não ideológicas, como podemos observar no trecho: “[...] a avaliação técnica foi a de que o aparelho, em razão de suas características, não seria adequado para o tipo de operação exigida e a infraestrutura aeroportuária disponível”; “[...] a conclusão foi a de que não havia necessidade desse tipo de aeronave”.

Entretanto, vale frisar que, na notícia da figura 01, o produtor do texto menciona a dispensa dos seguintes equipamentos: “*lanchas, um avião e drones*”, mas a nota só justifica a dispensa técnica do avião. E quanto aos outros equipamentos? A não menção clara aos motivos de dispensa dos demais equipamentos pode ter contribuído para a circulação de notícias polêmicas em torno desse assunto.

No que tange à intertextualidade, podemos notar a intertextualidade implícita, visto que, embora não haja a menção clara do texto-fonte, é possível resgatar, por meio de inferências e das pistas linguísticas deixadas pelo produtor do texto, a relação de dialogicidade que essa nota tem com a primeira notícia analisada, conforme podemos observar tanto no título da nota “*Governo não recusou ajuda do Uruguai: helicóptero do país ajuda nas operações de resgate do RS*” quanto no trecho “*São falsas, portanto, as notícias de que o Brasil teria desprezado ajuda do Uruguai ou qualquer outro país*”. Ressaltamos que não é nossa intenção afirmar que esse texto possui intertextualidade somente com a notícia veiculada pelo Jornal Folha de S. Paulo, mas é possível verificar, nos trechos destacados acima, elementos intertextuais, como a repetição do substantivo “*governo*” nos títulos das notícias das figuras 01 e 02, bem como a relação de dialogicidade do trecho da notícia da figura 02, “*são falsas, portanto, as notícias de que o Brasil teria desprezado ajuda do Uruguai*” com a notícia da figura 01, que trata justamente desse assunto, razão pela qual assumimos a ocorrência implícita de intertextualidade.

Conforme postulam Koch, Elias e Cavalcante (2008), ao empregar a intertextualidade implícita, o produtor o faz com um propósito comunicativo, podendo seguir a orientação argumentativa do texto-fonte (intertextualidade das semelhanças ou por captação) ou contraditá-

lo (intertextualidade das diferenças ou por subversão). Nesse caso, podemos observar a ocorrência da intertextualidade implícita com valor de subversão, isto é, com o intuito de negar a orientação argumentativa do texto-fonte, explicitando que o Brasil aceitou (embora em parte) a ajuda oferecida pelo Uruguai e justificando que os demais equipamentos oferecidos não se mostravam eficazes para a ajuda no resgate dos sobreviventes no RS. Portanto, a recusa parcial deu-se em função de incompatibilidade estrutural e logística no momento em questão.

As autoras supramencionadas asseveram ainda que, nesse tipo de intertextualidade, é imprescindível “descobrir” o intertexto para a construção do sentido desejado. Desse modo, acreditamos que, conforme já mencionado, foram produzidas várias notícias sobre esse assunto, muitas inclusive falaciosas, todas elas podem ser consideradas textos-fonte, haja vista que a Nota foi produzida como resposta às várias notícias que circularam sobre esse tema. Passemos para a próxima análise que, no caso, é uma notícia, também veiculada pelo Folha de S. Paulo, em clara relação de interação com a nota da figura 02.

Figura 03 - Print 02 de notícia selecionada da página Folha de S. Paulo



Fonte: Instagram (08 mai. 2024)

Com relação aos aspectos cotextuais, a notícia apresentada na figura 3 foi publicada no dia 08 de maio de 2024, no *instagram* do Folha de S. Paulo, no caderno Cotidiano. A matéria em epígrafe também é de autoria de Ricardo Della Coletta, repórter do Folha em Brasília. A imagem que compõe essa notícia é de Carlos Macedo/Folhapress. De acordo com informações constantes na página oficial, FolhaPress⁷, trata-se de uma agência de notícias do Grupo Folha, que licencia e distribui fotos, textos, vídeos, ilustrações, charges e infográficos produzidos por profissionais da Folha de S. Paulo e do UOL, mantendo ainda parcerias com profissionais de todo o país.

⁷ <https://folhapress.folha.com.br/paginas/afolhapress/apresentacao/index.shtml>

No que se refere ao contexto situacional, essa notícia foi publicada no mesmo dia em que a SECOM emitiu sua primeira nota, buscando esclarecer os motivos técnicos pelos quais o governo não aceitou integralmente a oferta de ajuda do Uruguai ao RS, guardando uma forte interação entre os dois textos. Os saberes anteriores à enunciação, neste caso, são todas as informações constantes na análise da figura 02, haja vista que foi a partir da publicação da nota que essa matéria do Folha foi produzida.

Com relação às marcas linguísticas, gostaríamos de evidenciar já no título da matéria “*Governo mente ao afirmar que não dispensou oferta de ajuda do Uruguai ao RS*”, a escolha pelo verbo “*mentir*”. Outras construções frasais, como “*Governo se equivocou sobre a dispensa de oferta de ajuda do Uruguai ao RS*” ou, ainda, “*Governo não mostra a justificativa para recusa de todos os equipamentos*”, poderiam ter sido utilizadas na matéria, mas a seleção de “*Governo mente...*” produz sentido de forte oposição à opinião do outro, com clara intenção de contraditar o autor do intertexto, sem preocupação com polidez e/ou preservação das faces. Assim, essa notícia, do ponto de vista sociointeracional, promove um ataque direto ao governo federal, visando construir/fortalecer, no leitor/interlocutor, uma imagem de governo que não se solidariza com a tragédia no Sul, reforçando a produção de sentidos que circulam, sobretudo em *fake news*, de que o governo federal não estava prestando a ajuda necessária às vítimas dessa catástrofe.

Destacamos também no trecho “*Na terça (7), a Folha revelou que o governo Lula dispensou uma oferta de ajuda do Uruguai [...]*”, a escolha pelo verbo *revelar* produz para o interlocutor o sentido de que algo estava escondido e não tinha a intenção de ser descoberto. Isto é, o governo recusou ajuda do Uruguai e não queria que essa informação se tornasse pública pode ser considerada a tomada de posição do leitor, orientado discursivamente pelo repertório linguístico empregado na notícia, ressaltando que as escolhas lexicais subjazem a um critério valorativo de orientação ideológica. Assim, ao mesmo tempo em que desqualifica a Nota, e, portanto o governo, busca mostrar-se como um veículo de comunicação de credibilidade.

Sobre os aspectos intertextuais, podemos observar a ocorrência da intertextualidade explícita, cuja característica é a menção clara à fonte do intertexto. Nesse caso, a notícia faz referência direta à Nota à Imprensa emitida pela SECOM, no seguinte trecho: “*A Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social) do governo Lula (PT) mentiu, nesta quarta-feira (8) ao afirmar em nota oficial que o governo brasileiro não recusou oferta de ajuda do Uruguai para operações de socorro às vítimas das cheias no Rio Grande do Sul*”. De acordo com Koch, Elias e Cavalcante (2008), a menção ao texto-fonte também pode ser empregada com vários propósitos comunicacionais. O autor do texto pode fazer uso desse tipo de intertexto quando deseja empregar o argumento de autoridade, isto é, recorre a uma fonte explícita, de um autor que seja referência na posição teórica que está assumindo, para corroborar o posicionamento do seu ponto de vista; mas também para retomar um texto, encadear sobre ele ou contradizê-lo, entre outros. Nesse caso, é possível identificar que a menção ao texto-fonte foi feita com o propósito argumentativo de contraditar/subverter a nota e, por conseguinte, o governo Lula.

Conforme já mencionado na análise da figura 01, todos os elementos que compõem um texto comunicam; assim é possível identificar, mais uma vez, a ocorrência da intertextualidade explícita entre o texto e a foto escolhida pelo jornal para compor a notícia. No registro de Carlos Macedo, cuja data de registro não consta na figura, há um caminhão tentando trafegar em uma rua alagada sob forte chuva. Percebe-se, assim, que o sentido desejado é transmitir para o leitor, juntamente com o texto, a ideia de inadmissibilidade da recusa pelo governo, haja vista a situação de calamidade pela qual passava a população do RS. Nesse caso, podemos perceber que essa intertextualidade é empregada como recurso argumentativo ao projeto de dizer do produtor do texto, ou seja, visa a corroborar a orientação argumentativa que o autor/suporte está imprimindo ao texto.

A seguir, realizaremos a análise da última notícia do nosso *corpus*.

Figura 04 - Notícia 02 selecionada do site da SECOM

Folha acusa o governo de mentir, mas não mostra qual é a mentira

Em texto publicado na noite desta quarta-feira (8), sem ouvir nenhum representante do governo, o jornal Folha de S. Paulo faz uma acusação grave. Afirmou que o "governo mente ao afirmar que não dispensou oferta de ajuda do Uruguai ao RS".

Para sustentar essa afirmação, o jornal compara uma nota da assessoria de comunicação do Ministério Defesa com uma nota da Secom sobre o mesmo tema como se fossem contraditórias. Não são.

A nota do Ministério da Defesa afirma que "o Comando Militar conjunto declinou da oferta da aeronave [do Uruguai] por restrições de pistas disponíveis para pouso em Porto Alegre".

A segunda nota, elaborada para combater uma avalanche de fake news em torno do assunto (como a de que o governo estaria recusando ajuda do Uruguai por motivações ideológicas), informa que o Brasil não recusou ajuda do Uruguai, cita um helicóptero cedido pelo país vizinho já em operação, mostra a imagem dessa aeronave gentilmente emprestada e explica que, no caso do avião, constatou-se inadequação do equipamento para o tipo de operação exigida no Rio Grande do Sul nesse momento.

Qual é a mentira? Qual é a contradição? Inexiste.

O governo brasileiro não recusa auxílio do Uruguai. O Brasil recebeu do país vizinho, e é grato por isso, o empréstimo de um helicóptero, tripulação, manifestações de solidariedade, manutenção da oferta do avião e outros equipamentos em caso de necessidade. São todas ofertas muito bem-vindas.

Há uma distância não desprezível entre a reestruturação da oferta às necessidades específicas da operação e a afirmação, falsa, de que o Brasil recusa ajuda do Uruguai.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Fonte: Secretaria de Comunicação Social - SECOM (08 mai. 2024)

No que tange ao aspecto cotextual, a notícia apresentada na figura 4 foi publicada no dia 08 de maio de 2024, no site oficial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). No que concerne ao contexto situacional, essa nota foi publicada na mesma data em que o Folha de S. Paulo veiculou a notícia constante na figura 03. Os saberes anteriores à enunciação, neste caso, são todas as informações constantes na análise da figura 03, haja vista que foi a partir da publicação da notícia do Folha que essa nota foi produzida.

No que diz respeito às marcas linguísticas, no título da nota "*Folha acusa o governo de mentir, mas não mostra qual é a mentira*", o uso do conectivo "*mas*", como operador de argumentação, introduz uma informação que encaminha o leitor a uma conclusão contrária àquela orientada pela primeira proposição [informação], i.e., pela proposição anterior, visto que produz sentido de invalidação do pretendido pela primeira proposição, pois como um jornal poderia fazer uma acusação tão grave e não citar as provas e/ou fontes que foram utilizadas/consultadas para a elaboração/divulgação da notícia? Do ponto de vista argumentativo, ao trazer, no título da Nota, a acusação da Folha, pela proposição "*Folha acusa governo de mentir*", o autor topicaliza esse argumento para mostrar, por outro argumento (segunda proposição), sua inconsistência, mesmo que a conclusão imediata a que o leitor do título da Nota chegue seja a de que "o governo cometeu uma leviandade", pois teria dado margem para o estabelecimento de uma acusação, sendo, por isso, objeto de uma grave e impolida crítica acusatória.

Entretanto, ao usar na sequência o operador argumentativo "*mas*" antes da segunda proposição: [Folha] *não mostra qual é a mentira*, o autor do título da Nota orienta o leitor a uma outra conclusão, i.e., a uma conclusão contrária à da proposição inicial (Ducrot, 1987; 2009); em outras palavras, a uma conclusão contrária ao argumento derivado do divulgado pela Folha: a de que a acusação feita pela Folha não tem nenhum fundamento, pois não há dados que corroborem uma

afirmação/atitude mentirosa por parte do governo. Ou seja, o produtor do título da Nota (SECOM) aponta como a acusação da Folha é insustentável e, por conseguinte, produz implicitamente sentido de que a Folha mente. Dessa maneira, a partir do modo como o título da Nota foi articulado, a notícia da Folha poderia ser caracterizada, no mínimo, como inconsistente.

Destacamos ainda que, no trecho *“Em texto publicado na noite desta quarta-feira (8), sem ouvir nenhum representante do governo, o jornal Folha de S. Paulo faz uma acusação grave”*, a escolha lexical da locução adverbial de modo *“sem ouvir nenhum representante do governo”*, busca evidenciar que a ausência de consulta a qualquer representante do governo é um aspecto relevante no propósito comunicacional. Assim, a informação divulgada não poderia ser considerada verdadeira, revelando a seriedade da situação, isto é, o fato de um jornal de grande circulação e influência divulgar notícias sem a devida consulta aos envolvidos.

Em relação aos aspectos intertextuais, diferentemente da figura 02, cujas pistas linguísticas apontam para uma intertextualidade implícita, de modo que a notícia do Folha de S. Paulo (figura 01), pode ser considerada como um dos textos-fonte do intertexto, aqui podemos observar a ocorrência da intertextualidade explícita à Folha, seja pela menção ao nome do Jornal no título da matéria *“Folha acusa o governo de mentir, mas não mostra qual é a mentira”*, ou ainda pela utilização do discurso direto, caracterizado pela reprodução exata de um discurso, sinalizado pelo uso das aspas no seguinte trecho: *[...] “governo mente ao afirmar que não dispensou oferta de ajuda do Uruguai ao RS”*, em clara retomada ao título da matéria do Folha.

Podemos observar mais uma ocorrência de intertextualidade explícita, também sinalizada pelo uso das aspas, no trecho [...] *“o Comando Militar conjunto declinou da oferta da aeronave [do Uruguai] por restrições de pistas disponíveis para pouso em Porto Alegre”*. Dessa vez, contudo, o texto-fonte é uma Nota emitida pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Defesa. Notamos que, ao recorrer a esse intertexto de forma explícita, a SECOM o faz com o fito argumentativo de evidenciar que não houve contradição entre a Nota emitida pelo Ministério da Defesa e a sua primeira Nota (figura 02), classificando a notícia do Folha como falsa.

Podemos notar, portanto, que a visada argumentativa influencia diretamente o modo como se diz/escreve algo, cujo objetivo é o convencimento e/ou validação de determinadas ideias. Nesse sentido, a intertextualidade, como recurso linguístico, pode ser empregada nas notícias como um recurso argumentativo. É comum que isso ocorra com mais de um tipo de intertextualidade, a depender da intencionalidade do produtor e de suas escolhas. Assim, vozes são evidenciadas, contraditadas ou validadas como reforço de um projeto argumentativo. Isso demonstra a capacidade dialógica e argumentativa da linguagem.

Por fim, verificamos que os sentidos provocados pelo uso da intertextualidade *stricto sensu* estão calcados numa tríplice relação entre texto, autor e lugar de produção. É, portanto, imprescindível que se façam questionamentos sobre a intencionalidade num determinado texto, como, por exemplo: Qual o motivo para a utilização de intertextos imagéticos nas matérias do Folha? Qual o propósito comunicativo da Secom ao não mencionar explicitamente a fonte do intertexto na primeira nota? Por que, na segunda nota, houve a menção explícita? Que sentidos sua menção ou sua ausência produzem?

Considerações finais

Como pudemos observar ao longo deste trabalho, a linguagem não é neutra, mas essencialmente ideológica, de modo que todo dizer está permeado de intencionalidade. Sendo assim, uma notícia, apesar de muitos acreditarem ser um gênero pautado na impessoalidade e na neutralidade, está carregada de outras vozes, muitas vezes, com interesse ideológico bastante específico, diferente de apenas informar o leitor/ouvinte, mas sobretudo de persuadi-lo em sua tomada de posição, atendendo a um projeto econômico e político.

Desse modo, a análise aqui empreendida procurou evidenciar de que forma a utilização da intertextualidade pode funcionar como recurso argumentativo para a defesa de pontos de vista no gênero notícia. Assim, podemos dizer, ou reafirmar, que a intertextualidade pode agir de forma preponderante na construção argumentativa de um texto, pois o produtor pode recorrer a vários outros textos fazendo uso, ao mesmo tempo, dos diferentes tipos de intertextualidade para defender um ponto de vista, construindo argumentos que se fundamentam na aceitação ou subversão do intertexto. No caso de nossas análises, a utilização dos intertextos deu-se para subverter o ponto de vista do outro em um claro embate de posições político-ideológicas.

Ressaltamos, mais uma vez, que um texto geralmente é composto por mais de um tipo de intertextualidade, dependendo do propósito comunicativo do produtor. Sendo assim, a escolha do intertexto está associada a aspectos ideológicos que subjazem à esfera comunicativa analisada.

Ante ao exposto, esperamos que a discussão aqui proposta possa contribuir com os estudos relacionados à intertextualidade e à argumentação, posto que fica evidente, a partir das análises, a clara relação entre esses fenômenos, isto é, a intertextualidade é um recurso linguístico que pode ser empregado como uma estratégia para a construção argumentativa de um texto, visando à adesão do leitor ao propósito comunicacional do produtor.

Referências Bibliográficas

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O FENÔMENO DAS FAKE NEWS: definição, combate e contexto. **Internet & Sociedade**. v. 1, n. 1, p. 144-171, fev/2020. Disponível em <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexato>. Acesso em 02 jun. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BONINI, Adair et al (org.). **Os gêneros do jornal**. Florianópolis: Insular, 2014.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas-SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/5648>. Acesso em: 22 set. 2024

FOLHA DE S. PAULO. **RS pede ajuda, Uruguai oferece lanchas, avião e drones, mas governo Lula dispensa**. 07 mai. 2024. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C6rlYSzuTvs/?hl=pt-br>. Acesso em: 27 jun. 2024

FOLHA DE S. PAULO. **Governo mente ao afirmar que não dispensou oferta de ajuda do Uruguai ao RS**. 08 mai. 2024. Instagram: @folhadespaulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C6ud1gPRDmI/?hl=pt-br>. Acesso em: 27 jun. 2024

FOLHA acusa o governo de mentir, mas não mostra qual é a mentira, **Secretaria de Comunicação Social**, 08 mai. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/folha-acusa-o-governo-de-mentir-mas-nao-mostra-qual-e-a-mentira>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GOVERNO não recusou ajuda do Uruguai: helicóptero do país ajuda nas operações de resgate do RS, **Secretaria de Comunicação Social**, 08 mai. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/governo-nao-recusou-ajuda-do-uruguai-helicoptero-do-pais-ajuda-nas-operacoes-de-resgate-do-rs>. Acesso em 27 jun. 2024

KOCH, Ingredore G. Villaça **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingredore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, Ingredore G. Villaça.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Ingredore G. Villaça.; BENTES, Anna Christina.; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2008.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MAINIGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOZDZENSKI, Leonardo. A intertextualidade no videoclipe: uma abordagem discursiva e imagético-cognitiva. **Revista Contemporânea**, v. 7, nº 2, p. 2-33, dez/2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3679>. Acesso em: 19 jul. 2024.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

RODRIGUES, Alex. Um mês de calamidade: a cronologia dos alertas da tragédia no RS, **Agência Brasil**, 01 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/um-mes-de-calamidade-a-cronologia-dos-alertas-da-tragedia-no-rs>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Eliane Pereira dos. A intertextualidade na construção argumentativa do artigo de opinião. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 02, n. 01, p. 300-314, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/1214>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SILVA, Pollyanna Honorata. **Os gêneros jornalísticos e a notícia**. In: Simpósio Internacional de Língua e Literatura, 2011. Uberlândia. Anais do SILEL, v. 2, nº 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: https://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_2177.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

Submetido em 07/10/2024
Aceito em 27/06/2025